

**Lula e****Fernando Henrique**

Um país na nossa situação não podia se dar ao luxo de ter ao mesmo tempo as candidaturas de Fernando Henrique e de Lula, uma contra a outra. Nomes como esses não se formam em menos de 50 anos. O ideal seria uma aliança do PT com o PSDB. O Brasil está maduro para ser governado por um bloco político de esquerda e de centro-esquerda, mas o PSDB criou muitas dificuldades para essa aliança e o PT também. Esses dois partidos terão de ser avaliados historicamente por esse equívoco.

**Radicalização**

Não consigo aceitar que uma pessoa com a história e a trajetória de Fernando Henrique possa ser o candidato de um bloco conservador. Ele pode até fazer uma campanha de centro, mas a dinâmica das eleições no sistema presidencialista, onde as escolhas se excluem e não se somam, fará sua candidatura gravitar para a direita. O PSDB sozinho não terá força para ganhar e fazer as mudanças e Fernando Henrique acabará prisioneiro das forças conservadoras. A mesma gravitação empurrará Lula para a esquerda. Brizola nos atacará de todas as maneiras, o que poderá abrir espaço para o crescimento da aliança entre Quéricia e Maluf, uma aliança conservadora dura e truculenta, preocupante. Em suma, PT e PSDB deixarão de compor uma força renovadora de esquerda e centro-esquerda, e cada um irá para o seu lado.

**'Day after'**

O PT não poderá governar sozinho, terá de fazer um governo de coalizão. Se o PT não entender isso num primeiro momento, a vida vai impor ao partido essa compreensão. O governo de Lula será de composição e de mudanças, diferente do que certos companheiros do Diretório Nacional do PT imaginam. O isolamento do PT de outras forças políticas fora da esquerda é um problema grave, não para ganhar as eleições, mas principalmente para governar o país. Se o PSDB for para os braços dos conservadores, pagará um preço muito caro, mas mesmo

assim o PT não pode cair no isolamento. No primeiro turno não podemos fazer uma guerra que inviabilize a aliança no segundo turno. E no segundo não podemos fazer uma guerra que inviabilize a aliança no terceiro turno, que é o exercício do governo. O país está numa situação em que um lado pode derrotar o outro, mas não deve aniquilá-lo. Precisar-se-á dele no dia seguinte. Portanto, devemos fazer uma campanha de alto nível, para não criar fronteiras intransponíveis.

**Definhamento do Congresso**

O Congresso está perdendo a noção de sua finalidade. Ele é representante do povo e da nação. Os senadores e deputados não podem se comportar como uma corporação que defende seus interesses. O Congresso está definhando. Estamos votando praticamente só um dia por semana e há parlamentares que vêm para o plenário e votam de qualquer jeito. Está faltando comando no Congresso, não há sensibilidade das mesas para certas questões. Está faltando um grande condutor como era o deputado Ulysses Guimarães.

**Operação de emergência**

Precisamos articular uma operação de emergência entre as lideranças formais e informais da Casa para evitar que a gente vá para o matadouro. É necessário acertar uma pauta da revisão. Ela não pode morrer de morte morrida. Se ela tem de morrer, é de morte matada. Temos de discutir os problemas que o país está enfrentando. Não podemos deixar de votar a MP da URV. Não podemos aumentar os salários dos deputados sem considerar que a sociedade está fazendo um sacrifício e então os deputados têm de fazer um sacrifício também.

**Cassações**

Os prazos estão sendo cumpridos, as testemunhas estão sendo ouvidas, os relatórios estão saindo. Temos de cassar os culpados dentro dos prazos previstos na democracia. Às vezes a opinião pública tem a idéia de que se pode cassar de qualquer jeito. Nós não temos um AI-5, felizmente.

**Perigo à vista**

O mais grave é que há o risco da deslegitimação do Congresso nas próximas eleições. Temo que o povo decida fortalecer a eleição majoritária e desconsiderar a eleição proporcional. Isso colocaria em xeque o próprio Parlamento. Porque, nesse caso, o povo, em vez de punir os faltosos e os corruptos, estaria punindo quem trabalhou. Os faltosos têm voto de cabresto, de clientela. Os deputados que dependem da opinião pública sofreriam o desgaste da paralisia do Congresso. Teríamos um Congresso fraco e sem legitimidade e um presidente eleito com mais de 50% dos votos.

**'Fujimorização'**

A democracia tem dois aspectos: garantir as franquias e os direitos e ser funcional. Hoje, a sociedade vai de Fórmula 1 e o Parlamento, de fusquinha. Essa disfunção das instituições democráticas pode colocá-las em risco, porque o povo vai buscar outras formas. A *fujimorização* é fruto de um processo de exaustão da política e isso precisa ser evitado. O risco não é até 1994, porque o país nesse período tem uma direção democrática: a urna. Mas se as eleições gerarem um esvaziamento da legitimidade da representação no Parlamento e este ficar enfraquecido diante de um presidente forte, o espaço estará aberto para o golpe na democracia. Se o eleito for Lula, faremos um governo de coalizão na sociedade e no Congresso e, nesse caso, a democracia não correrá riscos. Mas se o eleito for um presidente com perfil de direita, que quiser aprovar todo seu programa a toque de caixa e o Congresso reagir, aí pode se criar um impasse.

**Aborto e homossexualismo**

Sou favorável à descriminalização do aborto e à união civil de homossexuais e já fiz projetos de lei a respeito. Mas esses temas não deveriam constar do programa de governo do Lula com o enfoque que ali foi dado. Isso não é ponto de programa de governo. Deveríamos dizer que o PT se compromete a debater na sociedade e a lutar por reformas na legislação constitucional e infraconstitucional e a desenvolver no governo políticas públicas de acordo com a lei. Um governo

sério, que desenvolve políticas de saúde para os casos de aborto previstos no Código Penal já promoverá um grande avanço. A união civil de homossexuais não tem nada a ver com campanha, é uma questão de livre opção das pessoas. O importante é a sociedade e o Estado não discriminarem quem faz essa opção. O problema do programa é que passa a idéia de que o governo vai resolver tudo sozinho e isso não é verdade. Depende dos três poderes, do Congresso, da sociedade.

**Eixo do programa**

Minhas críticas ao programa são menos nessas questões que causaram tanta polêmica, mas ao fato de que falta um eixo que articule um projeto de desenvolvimento econômico, de reforma do Estado, de reformas sociais generosas e abrangentes.

**Revisão**

O PT devia ter apresentado suas propostas de mudanças constitucionais, necessárias para um governo democrático. Se essas emendas fossem derrotadas, teríamos mais autoridade, na campanha presidencial, para pedir aos eleitores uma maioria no Congresso a favor dessas mudanças. Algumas coisas na Constituição precisam ser mudadas, como o modelo da federação, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, a Previdência, e algumas questões na área econômica.

**Limites do governo**

O PT não pode pregar que toda a solução dos problemas do país está na eleição presidencial. Primeiro porque o mandato presidencial é de quatro anos e o programa do partido é mais amplo do que o que pode ser feito nesse período. Segundo, vamos governar numa coalizão de forças políticas e sociais. Ou seja, o programa do partido não será a mesma coisa que o do governo. Há muita gente no PT que confunde programa de partido e de governo. O primeiro é para um período longo, exige vários mandatos presidenciais, pressupõe muitas lutas até se realizar. O segundo é para ser executado em quatro anos, em alianças com outras forças que vão influenciar sua execução. Afinal, as alianças políticas não podem ser encaradas como adesões, têm de ser parcerias.